

ENTREVISTA COM FERNANDO LIMA - A qualificação profissional em debate¹

Em entrevista concedida ao Boletim, o Prof. Dr. Fernando Lima, do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Coordenador do Programa Maranhão Profissional e Secretário-Adjunto de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Maranhão, fala sobre o papel da qualificação profissional para fazer face às transformações contemporâneas experimentadas pela economia maranhense, com rebatimentos importantes sobre o mercado de trabalho.

Valéria Almada Lima: Como avalia os prováveis impactos do novo ciclo de investimentos em instalação no Estado do Maranhão, em termos de geração de emprego e renda, e que papel atribui ao Programa Maranhão Profissional para favorecer a absorção de mão de obra local pelos novos empreendimentos?

Fernando Lima: Os novos empreendimentos estão em andamento, alguns com atraso em função do quadro internacional, a exemplo da Refinaria Premium I, mas há vários já implantados. Os impactos dos empreendimentos são consideráveis na economia maranhense. O Programa Maranhão Profissional foi concebido exatamente para captar as demandas dessas empresas que se instalam no Estado, para fazer uma capacitação prévia da mão de obra e evitar que os trabalhadores sejam recrutados em outros Estados, buscando também evitar a formação de um bolsão de pobreza ao redor dos empreendimentos. A ideia é que se conseguimos engajar pessoas oriundas da própria cidade, seremos capazes de diminuir o bolsão de pobreza que normalmente se forma ao redor dos grandes empreendimentos.

Valéria Almada Lima: Tradicionalmente, um dos problemas que têm caracterizado as políticas e programas de educação profissional no Brasil é a adoção de um enfoque assistencialista e compensatório, em contraposição ao enfoque centrado nas demandas do mercado de

¹ Entrevista concedida à Prof^a. Dr^a. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima (GAEPP-UFMA).

trabalho. Isto tem levado a se oferecer prioritariamente cursos já disponíveis na prateleira do Sistema S, em detrimento das demandas do mercado de trabalho. Como o Programa Maranhão Profissional tem se colocado em face desta tendência?

Fernando Lima: Desde a concepção, o Programa Maranhão Profissional tenta mudar esta lógica (assistencialista e compensatória), focando nas reais demandas de mercado. No que tange aos cursos de prateleira, sabemos que há dificuldade das instituições mudarem o perfil dos cursos que oferecem, porque os professores são especializados em determinada linha de trabalho. Sabemos que no sistema educacional as mudanças têm de ocorrer lentamente, não se consegue fazer que, por exemplo, uma instituição como o IFMA direcione todos os seus cursos para o que o mercado está querendo. Isto demandaria demitir os profissionais existentes ou bancar uma nova qualificação para eles. A distorção histórica existe, mas não é totalmente culpa do setor da educação. Existe uma demanda de conhecermos a real vocação do Estado, de seus arranjos produtivos locais.

Valéria Almada Lima: Que mecanismos têm sido utilizados no âmbito do Programa Maranhão Profissional para favorecer um planejamento das ações de qualificação com o foco centrado nas demandas do mercado de trabalho local em face do novo ciclo de investimentos no Estado?

Fernando Lima: Temos feito pesquisas de mercado. Quando o empresário chega ao Estado, conversamos com ele e dimensionamos a demanda real por mão de obra local. A partir daí fazemos as gestões necessárias para oferecer os cursos. Há também o efeito indireto, chamado de efeito-renda. Hoje temos mapeado que, para cada vaga que se abre na indústria, cria-se cinco no setor de comércio. Estamos agora começando a tentar fazer o atendimento da demanda indireta. A ferramenta, basicamente, é o CAGED/MTE. No futuro pretendemos utilizar o cadastro do SINE. Há que se levar em conta o problema da sazonalidade da demanda por mão de obra. Se tenho um cadastro do SINE amplo e atualizado, consigo fazer com que o trabalhador possa ser empregado

em outro Estado. Vamos fazer uma ampla divulgação do SINE, para que os capacitados mantenham o cadastro sempre atualizado. Em paralelo a isto estamos trazendo um consultor (o maranhense Álvaro Lima), que atua na prefeitura de Boston/EUA há vinte anos, em um programa de qualificação profissional nos moldes do Programa Maranhão Profissional. O Massachusetts Institute of Technology (MIT), localizado em Boston, utiliza ferramentas estatísticas para fazer mapeamento do mercado de trabalho, apontando com antecedência para que rumos em termos de demanda por mão de obra qualificada se dirigem os APLs locais e regionais. Trata-se de uma ferramenta muito interessante, que repercutirá inclusive na seleção e contratação de profissionais da educação no Estado. Há a necessidade de se ter uma visão do mercado de trabalho anos para trás, para orientar as prioridades do sistema de educação/qualificação profissional, para realizar concursos públicos, para direcionar a atratividade de novas empresas para a região.

Valéria Almada Lima: *Que estratégias o Programa Maranhão Profissional tem adotado, inclusive no que diz respeito ao monitoramento e avaliação da qualidade dos cursos, para superar uma tendência que caracteriza a educação profissional no Brasil, consubstanciada na oferta de cursos de curta duração e de qualidade questionável, que não atendem às exigências mínimas do mercado formal de trabalho?*

Fernando Lima: Iniciamos já com um mínimo de 160 horas de aula, não aceitamos cursos com menos. O PRONATEC, depois, introduziu o mesmo critério – não libera recursos para cursos de menos de 160 horas. A avaliação que consideramos cabal é o *feedback* que recebemos dos empresários. Só consideramos nossa missão cumprida quando encaminhamos os alunos para o mercado de trabalho. É o *feedback* que temos atualmente, além das avaliações que fazemos com os alunos da rede pública. Temos uma equipe de pedagogos que acompanha os nossos cursos e cada uma das instituições capacitadoras tem o seu time de pedagogos, fazendo um controle de qualidade efetivo. Já detectamos problemas e estamos encaminhando soluções para corrigi-los.

Valéria Almada Lima: Como avalia as críticas relacionadas à dificuldade de inserção dos trabalhadores já qualificados pelo Programa Maranhão Profissional no mercado de trabalho local?

Fernando Lima: Como temos realizado muitas parcerias, o retorno que temos é que os empresários estão muito satisfeitos, sobretudo aqueles que já encaminhamos para o estágio Viva Primeiro Emprego. Estes formam um laço mais estreito conosco. De uma forma geral, há uma dificuldade muito grande de se pesquisar o destino dos egressos, exatamente porque não temos o SINE funcionando como deveria. Estamos tentando conversar com as instituições parceiras (no IFMA, por exemplo, há um setor de egressos), mas eles não sabem dizer o que acontece. A única ferramenta que visualizo seria o SINE, mas isto depende do egresso atualizar seu cadastro permanentemente. Em suma, há uma dificuldade grande em se acompanhar a evolução dos egressos. Há outra vantagem em se utilizar o SINE: toda a vez que se faz uma intermediação através do SINE são recebidos recursos do Governo Federal para que o Estado capacite mais pessoas.

Valéria Almada Lima: Um questionamento que tem sido feito aos novos projetos de investimento em instalação, a exemplo da Reinaria Premium I, diz respeito à sua real capacidade de absorção da mão de obra local após a fase de instalação. Como vê esta questão, particularmente no que se refere ao destino dos trabalhadores qualificados e absorvidos nos grandes projetos, os quais deverão ser dispensados ao término da fase de instalação? Seria então o caso de qualificá-los para o desemprego?

Fernando Lima: O mercado tem sazonalidade. Isto é típico do mercado. Temos que saber lidar com isto. O que temos que fazer é a lição de casa: atrair continuamente novas empresas para o Estado. A estratégia que montamos para minimizar o problema (já que é insolúvel), é que 80% das capacitações oferecidas são do tipo inicial e continuadas. O aluno sabe que pode continuar fazendo outros cursos e ir se qualificando. E se oferecermos para ele o cenário de mercado a cada momento, ele vai perceber a oportunidade de fazer novos

cursos e ir gradualmente se aperfeiçoando. Entretanto, se novos investimentos não estiverem sendo atraídos para o Estado, teremos um problema. Na verdade há que se reconhecer a vulnerabilidade na nossa economia aos ciclos do comércio internacional nos mercados de *commodities* minerais e agrícolas.

Valéria Almada Lima: Considerando-se que não há vagas para todos na lógica excludente do capital, não é uma falácia o discurso da escassez de mão de obra qualificada como causa do desemprego, já que, quando os empresários necessitam, eles mesmos formam sua mão de obra de acordo com os seus requisitos de qualificação?

Fernando Lima: No momento do desenho do Programa Maranhão Profissional, as empresas que participavam do processo solicitaram que qualificássemos cinco para cada vaga (esta é a forma que as empresas realizam processos seletivos, às vezes, dez para cada vaga). Não aceitei, por receio da desvalorização dos qualificados. Acordamos em qualificar dois para cada vaga. Mas é verdade que não há empregos para todos, o mercado selecionará sempre os melhores. O objetivo mais importante é propiciar ao cidadão condições para que ele próprio possa se sustentar, nem que seja com prestação de serviços, através de uma empresa individual. Tanto é que estamos incentivando, na política de estágios, empresas individuais a recrutarem estagiários, pagos pelo Governo do Estado. Temos também a preocupação em ajudar aquele *menorzinho*. Se o cara quer partir para uma *carreira solo*, temos que valorizar isto.